

Boletim Informativo

Edição 71
3.Abril.2025



CAD aprova decisão da reitoria de não absorver, apesar da orientação do MGI

Desde o dia 20 de março os servidores técnico-administrativos da UnB estão em greve reivindicando a implantação do seu direito garantido pela justiça referente à parcela de 26,05% nos salários, integral, para todos. O Mandado de Segurança nº 28.819 do SINTFUB teve decisão favorável aos técnicos transitado em julgado em novembro de 2024, desde então a categoria vem lutando por sua implementação.

Depois de várias tentativas pela via administrativa e com estado de greve aprovado em assembleia, no dia 21 de fevereiro a Assessoria Jurídica do SINTFUB entrou com petição de obrigação de fazer e no dia 13 de março o ministro relator da ação na Segunda Turma, Gilmar Mendes respondeu reafirmando sua decisão e intimando as partes (FUB, União e TCU) a se manifestarem. A reitoria da UnB prontamente responde à intimação, reconhecendo a decisão da Segunda Turma e, no dia 19 de março, envia à AGU ofício esclarecendo que para cumprir a sentença depende do sistema de pagamento do MGI. No dia 24 de março a Procuradoria e a AGU foram intimadas novamente pelo STF.

MGI mandou absorver

Em meio à greve, os técnicos realizaram manifestação em



frente à AGU e foram recebidos em audiência, no que tiveram o apoio da deputada Érika Kokay (PT-DF). No entanto, os procuradores reiteram a posição manifestada anteriormente, de que a parcela dos 26,05% deve ser absorvida, como acontece em outros casos de planos econômicos ganhos na justiça por servidores.

Nesse mesmo sentido atua o Ministério da Gestão e Inovação em Serviço Público (MGI). Apesar de acordo verbal com a reitoria da Universidade, quando a ministra Esther Dweck em audiência com a reitora Rozana Naves disse que não abriria o módulo de pagamento com a absorção, até nova manifestação do ministro Gilmar Mendes, o MGI determinou de forma surpreendente que o Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) aplicasse a absorção no mesmo momento em que está previsto o pagamento do reajuste salarial de 9%, conquista da greve do ano passado.

Ou seja, o MGI não aplicou o Termo de Acordo assinado com a

categoria em junho do ano passado, mas a absorção quer aplicar imediatamente. O MGI quer que os 9% de reajuste para 2025 conquistados com cerca de 100 dias de greve, que estão sendo pagos com atraso por causa da não aprovação da LOA pelo Congresso, seja absorvido. O MGI pune os técnico administrativos da UnB com o congelamento dos salários.

Congelamento e perda salarial

A absorção significa a extinção dos 26,05% da remuneração dos técnicos, o que contraria a decisão transitada em julgado fundamentada nos princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e que a Administração Pública deve evitar os comportamentos contraditórios, além das particularidades do caso da UnB, tendo a parcela caráter alimentar e não pode ser retirada. Apesar disso, há servidores novos sem a parcela e a orientação do MGI é que não sejam incluídos no módulo de pagamento, além de aposentados e pensionistas perderam o direito à parcela alvo de disputa judicial ao longo dos últimos 30 anos.

Os técnicos em greve esclarecem em Carta à Comunidade Universitária que “ao reivindicar seus direitos, o corpo técnico não apenas busca a garantia desses



www.sintfub.org.br



@sintfub_unb

26,05%, mas também tenta evitar o colapso da UnB diante da crescente evasão de servidores. A universidade já enfrenta um déficit de pessoal em diversos setores. Dessa forma, a mobilização da categoria é uma luta pela manutenção da qualidade e eficiência dos serviços públicos, garantindo o adequado funcionamento da instituição e seu compromisso com a comunidade acadêmica e com a sociedade”.

CAD rejeita absorção

O tema foi debatido na reunião do Conselho de Administração da UnB realizada nesta quinta-feira (3). O auditório da reitoria foi tomado pelos técnicos que seguiram de uma caminhada pelo ICC até o local para dar o informe e pedir o apoio dos conselheiros no sentido de impedir tamanho ataque aos seus direitos.

A reitora Rozana Naves abriu a reunião com um informe do andamento das medidas tomadas pela administração no sentido da defesa dos 26,05% que agora não apenas técnicos, mas também os docentes conquistaram no STF. “Temos os votos de 10 ministros do STF, da Segunda e da Primei-

ra Turma, favorável aos servidores técnicos e docentes”, disse. A reitora manifestou seu compromisso com o direito de greve dos técnicos e relatou a reunião com o MGI que diz “não haver fato novo na decisão” e determinou “abertura do módulo com a orientação de absorção dos 26,05%”.

Os conselheiros do CAD, composto por docentes, técnicos e estudantes, entendendo a gravidade da situação, o caos e impacto que a medida causaria para os servidores e para a própria universidade, aprovou a decisão não absorver no momento. Ou seja, “deliberou pela manutenção do pagamento do percentual de 26,05% aos servidores técnico-administrativos, sem absorção”, como afirma Nota do Gabinete da Reitoria. A reitoria informou que o DGP está orientado a usar de todas as medidas necessárias para não absorver o índice, buscar implementar a reestruturação da carreira e o reajuste previstos com a aprovação da LOA, enquanto a reitoria atua buscando viabilizar agenda com o ministro Gilmar Mendes e o Advogado Geral da União, Jorge Messias.

A reitoria vai notificar oficial-

mente o SINTFUB sobre a orientação do MGI para que a entidade possa atuar judicialmente e seguirão sendo realizadas reuniões com a coordenação do SINTFUB e o Comando Local de GREVE.

Os representantes da coordenação do SINTFUB, do CLG, e conselheiros docentes, técnicos e estudantes, manifestaram a preocupação com a decisão que representa um ataque sem precedentes não apenas aos servidores, mas também representa o desmonte da Universidade de Brasília. Todos fizeram um chamado para defender a decisão de não absorção, e a unidade da comunidade universitária. “Na expectativa de que todas as ações se somem de forma a dar cumprimento da sentença judicial”, concluiu a reitora.

O coordenador do SINTFUB, Mauricio Sabino, informou que a entidade está buscando articular audiências e reuniões com parlamentares e lideranças do governo, para que possam intervir no sentido de que nenhum passo atrás seja dado e a parcela de 26,05% seja implementada sem absorção, sem redução, para todos os servidores técnico-administrativos da UnB.

Parangolé dos 26,05% ocupou o “minhocão”

Os servidores técnico-administrativos em greve realizaram uma caminhada com o Parangolé dos 26,05% no ICC, Campus Darcy Ribeiro, na manhã desta quinta-feira (3).

O Parangolé saiu da Praça Chico Mendes e os técnicos seguiram para a entrada do ICC Centro-Sul, cruzando o ICC, prédio mais famoso do campus conhecido como “Minhocão”. Por onde passavam distribuíram a Carta à Comunidade Universitária que explica as razões da paralisação e chama a comunidade a apoiar

a mobilização dos trabalhadores, não apenas pela manutenção de seus direitos e salários, mas também em defesa da universidade.

O Parangolé seguia a caixa de som adquirida pelo sindicato para melhorar a agitação em atividades como essa. No microfone, membros da coordenação do SINTFUB e do Comando Local de Greve (CLG) puxaram palavras de ordem. As buzinas e a matraca garantiram muito barulho em defesa da categoria que chamou a atenção de quem esteve no ICC na manhã desta quinta-fei-



ra. O ato foi encerrado na reitoria onde acontecia a reunião do Conselho de Administração (CAD).

